



B1

ISSN: 2595-1661

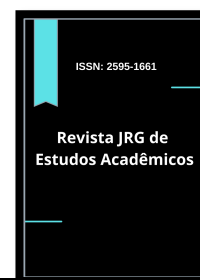
ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](https://portaldeperiodicos.capes.gov.br)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Políticas públicas e desenvolvimento regional no Pará: desafios e perspectivas para a redução das desigualdades socioeconômicas

Public policies and regional development in Pará: challenges and perspectives for reducing socioeconomic inequalities

DOI: 10.55892/jrg.v9i20.3025

ARK: 57118/JRG.v9i20.3025

Recebido: 04/03/2026 | Aceito: 09/03/2026 | Publicado on-line: 11/03/2026

Igor Guimarães Santos¹

<https://orcid.org/0009-0003-5045-3243>

Universidade Estadual do Tocantins, TO, Brasil

E-mail: lilian.nf@unitins.br

José Fernando Bezerra Miranda²

<https://orcid.org/0009-0005-9986-1285>

Universidade Estadual do Tocantins, TO, Brasil

E-mail: jose.fb@unitins.br

Lílian Natália Ferreira de Lima³

<https://orcid.org/0000-0002-0931-3105>

<http://lattes.cnpq.br/6290282911607995>

Universidade Estadual do Tocantins, TO, Brasil

E-mail: Lilian.nf@unitins.br



Resumo

O presente artigo analisa as políticas públicas de desenvolvimento regional no Estado do Pará, com ênfase nos desafios e perspectivas para redução das desigualdades socioeconômicas. Apesar de possuir vastos recursos naturais e posição estratégica na economia brasileira, o Pará ainda apresenta disparidades significativas entre suas regiões, evidenciadas em indicadores de renda, educação, saúde e infraestrutura. Discute-se a tendência de concentração do crescimento em polos econômicos específicos, o que demanda intervenção estatal para mitigar desigualdades. Avaliam-se políticas como fundos constitucionais de financiamento, programas de transferência de renda e iniciativas da SUDAM, identificando-se limitações relacionadas à descontinuidade administrativa e à falta de integração entre esferas governamentais. Os resultados apontam para a necessidade de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo, fundamentado na bioeconomia, na valorização de arranjos produtivos locais e na integração de comunidades tradicionais. Conclui-se que o desenvolvimento regional paraense requer políticas públicas integradas, contínuas e orientadas para a justiça social.

Palavras-chave: Políticas públicas. Desenvolvimento regional. Pará. Desigualdades socioeconômicas. Sustentabilidade.

¹ Pós-graduando em gestão pública pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) Especialista em Uso educacional da Internet pela Universidade Federal de Lavras – MG. (UFLA)

² Doutorando em Educação pela Educanorte. Coordenador do curso de especialização de Gestão Pública da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS).

³ Doutora em Biologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora Dra. do curso de especialização de Gestão Pública da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS).



Abstract

This article analyzes public policies for regional development in the State of Pará, emphasizing the challenges and perspectives for reducing socioeconomic inequalities. Despite possessing vast natural resources and a strategic position in the Brazilian economy, Pará still exhibits significant disparities among its regions, evidenced by income, education, health, and infrastructure indicators. The tendency for growth concentration in specific economic poles is discussed, which demands state intervention to mitigate inequalities. Policies such as constitutional financing funds, income transfer programs, and SUDAM initiatives are evaluated, identifying limitations related to administrative discontinuity and lack of integration among governmental spheres. The results point to the need for a sustainable and inclusive development model, based on bioeconomy, valorization of local productive arrangements, and integration of traditional communities. It is concluded that regional development in Pará requires integrated, continuous public policies oriented toward social justice.

Keywords: Public policies. Regional development. Pará. Socioeconomic inequalities. Sustainability.

1. Introdução

O desenvolvimento regional no Brasil caracteriza-se por profundas desigualdades, evidenciadas tanto nas disparidades entre regiões quanto no interior dos próprios estados. No Pará, localizado na Amazônia Legal e detentor de vastos recursos minerais, florestais e hídricos, observa-se uma contradição marcante entre potencial econômico e indicadores sociais, revelando um padrão de concentração de riqueza e persistência da exclusão social. Polos econômicos dinâmicos, como a região de Carajás e o município de Altamira, contrastam com territórios que apresentam baixos índices de desenvolvimento humano, elevados níveis de pobreza e carência de serviços essenciais.

As políticas públicas de desenvolvimento regional constituem instrumentos fundamentais para mitigar essas desigualdades históricas, promovendo integração territorial e justiça social. A Constituição Federal de 1988 consolidou o papel do planejamento governamental mediante instrumentos como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, que orientam a formulação e execução de políticas de desenvolvimento. No contexto paraense, tais políticas assumem contornos particulares diante da realidade amazônica, marcada por desafios logísticos, diversidade cultural e pela necessidade de conciliar crescimento econômico com preservação ambiental.

A teoria do desenvolvimento regional, conforme elaborada por autores clássicos, demonstra que o crescimento econômico tende a concentrar-se em determinados polos, intensificando desigualdades regionais na ausência de intervenção estatal planejada. A realidade paraense confirma esse diagnóstico: enquanto áreas vinculadas à mineração e ao agronegócio concentram investimentos e receitas, comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas permanecem em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A relevância estratégica do Pará no contexto nacional e internacional justifica investigações sobre políticas públicas e desenvolvimento regional. Como segundo maior estado brasileiro em extensão territorial, o Pará destaca-se pela riqueza em recursos naturais, ocupando posição fundamental na economia nacional e no equilíbrio ambiental global. Paradoxalmente, convive com profundas desigualdades socioeconômicas, manifestas em indicadores de pobreza, baixo desenvolvimento humano em diversos municípios e precariedade nos serviços públicos essenciais.



A inserção do Pará na Amazônia Legal intensifica a urgência de um modelo de desenvolvimento regional sustentável e inclusivo, considerando a pressão econômica pela exploração de recursos naturais e a necessidade de garantir direitos sociais às populações locais. Este contexto demanda análises que investiguem se as políticas públicas implementadas contribuem efetivamente para reduzir desigualdades ou reforçam assimetrias existentes.

Diante desse cenário, o presente artigo analisa os desafios e perspectivas das políticas públicas de desenvolvimento regional no Estado do Pará, destacando sua contribuição para a redução das desigualdades socioeconômicas e para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Especificamente, busca-se: contextualizar o cenário socioeconômico paraense, evidenciando disparidades regionais; revisar a literatura sobre políticas públicas e desenvolvimento regional; identificar e discutir as principais políticas implementadas no estado, com ênfase em programas federais, estaduais e iniciativas da SUDAM e do FNO; avaliar os principais desafios na implementação dessas políticas; e apontar perspectivas para fortalecer um modelo de desenvolvimento baseado na bioeconomia, nos arranjos produtivos locais e na valorização das comunidades tradicionais.

2. Referencial Teórico

O debate sobre políticas públicas e desenvolvimento regional no Brasil caracteriza-se por sua amplitude e multidimensionalidade, abrangendo aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais. Políticas públicas constituem o campo do conhecimento que busca, simultaneamente, colocar o governo em ação e analisar essa ação, envolvendo a formulação, implementação e avaliação das medidas adotadas pelo Estado para atender às demandas sociais. Tanto a ação quanto a omissão estatal produzem impactos diretos na sociedade, configurando escolhas governamentais sobre o que fazer ou não fazer.

No campo do desenvolvimento regional, teorias clássicas demonstram que o crescimento econômico tende a concentrar-se em determinados polos ou regiões, intensificando desigualdades territoriais. Os efeitos de retroalimentação cumulativa evidenciam que regiões mais desenvolvidas atraem maiores volumes de investimentos e capital humano, ampliando disparidades em relação às áreas periféricas. A discussão sobre polos de crescimento reforça que o desenvolvimento econômico raramente ocorre de forma homogênea, demandando intervenção estatal para promover equilíbrio territorial.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 consolidou o papel do planejamento governamental mediante instrumentos como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Esses mecanismos visam garantir coerência entre planejamento e execução, possibilitando a definição de metas de médio e curto prazo orientadas à redução de desigualdades e promoção da justiça social.

Especificamente na Amazônia e no Pará, evidências empíricas apontam para o paradoxo entre abundância de recursos naturais e precariedade social. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística demonstram que, embora o Pará concentre grandes projetos de mineração e agronegócio, diversas regiões do estado apresentam baixos Índices de Desenvolvimento Humano, elevada incidência de pobreza e deficiências em infraestrutura básica. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas públicas mais eficazes e integradas, que articulem crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

A criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e dos Fundos Constitucionais de Financiamento, como o Fundo Constitucional de Financiamento do



Norte, representa importante aparato institucional para o fortalecimento de políticas regionais. Contudo, análises acadêmicas identificam desafios relacionados à descontinuidade administrativa, fragmentação institucional e falta de integração entre diferentes esferas governamentais, comprometendo a efetividade dessas iniciativas.

No debate contemporâneo, observa-se crescente reconhecimento da necessidade de superar o paradigma extrativista e exportador, incorporando elementos da bioeconomia e da sustentabilidade. A valorização de arranjos produtivos locais, o fortalecimento de economias tradicionais e a integração efetiva de comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas emergem como estratégias para uma agenda de desenvolvimento mais justa e sustentável.

A literatura converge para a compreensão de que o desenvolvimento regional no Pará depende de políticas públicas articuladas, contínuas e inovadoras, capazes de transformar potencial econômico em benefícios sociais concretos, preservando simultaneamente os ecossistemas que garantem a reprodução da vida e o bem-estar das gerações futuras. Esse referencial teórico fundamenta a presente análise sobre os desafios e perspectivas das políticas de desenvolvimento regional no estado.

3. Metodologia

3.1 Abordagem da Pesquisa

O presente estudo adota abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, apropriada para a investigação de fenômenos sociais complexos. A análise qualitativa mostra-se adequada para compreender as relações entre planejamento governamental, desigualdades regionais e desenvolvimento sustentável no Pará, permitindo interpretar não apenas dados quantitativos, mas também contextos, processos e significados. Reconhece-se que números e indicadores, embora relevantes, frequentemente não captam a totalidade da realidade social, especialmente no campo das políticas públicas, onde fatores históricos, políticos e culturais exercem influência determinante sobre os resultados observados.

3.2 Objeto de Pesquisa

O objeto de estudo corresponde às políticas públicas de desenvolvimento regional voltadas ao Estado do Pará, com ênfase naquelas orientadas à redução de desigualdades socioeconômicas. Tais políticas, embora essenciais para a promoção do desenvolvimento territorial equilibrado, ainda apresentam limitações relacionadas à integração institucional e à continuidade administrativa, configurando-se como campo de análise relevante e atual no contexto amazônico.

3.3 Procedimentos Técnicos

A investigação baseia-se em múltiplos procedimentos técnicos, integrando diferentes fontes e estratégias de coleta e análise de informações:

Pesquisa bibliográfica: Fundamentada em autores clássicos e contemporâneos sobre políticas públicas e desenvolvimento regional, abrangendo contribuições teóricas sobre desigualdades territoriais, planejamento governamental e desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Pesquisa documental: Compreende a análise de instrumentos legais e orçamentários, relatórios governamentais, planos de desenvolvimento e documentos oficiais relacionados à formulação e implementação de políticas regionais no Pará. Este procedimento permite avaliar a evolução institucional das políticas e identificar contradições entre planejamento e execução.



Análise de dados secundários: Utiliza-se de relatórios e bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que fornecem indicadores socioeconômicos essenciais para caracterizar o cenário paraense e dialogar com diagnósticos apresentados pela literatura acadêmica.

Análise comparativa: Examina diferentes recortes territoriais dentro do Estado do Pará, identificando disparidades regionais e avaliando os impactos diferenciados das políticas implementadas em distintos contextos socioeconômicos e geográficos.

A integração desses procedimentos metodológicos possibilita uma compreensão aprofundada do paradoxo entre abundância de recursos naturais e persistência da pobreza no Pará, bem como dos fatores que condicionam a efetividade das políticas públicas de desenvolvimento regional implementadas no estado.

4. Resultados e Discussão

A análise dos indicadores socioeconômicos do Estado do Pará revela profundas disparidades regionais que evidenciam a concentração espacial do desenvolvimento. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) demonstram um contraste marcante entre a Região Metropolitana de Belém e os polos econômicos vinculados à mineração e ao agronegócio, de um lado, e os municípios do interior, especialmente aqueles localizados em áreas remotas da Amazônia paraense, de outro.

A capital Belém e municípios como Parauapebas e Marabá, beneficiados por projetos de grande escala ligados à exploração mineral, apresentam indicadores superiores de Índice de Desenvolvimento Humano, infraestrutura urbana e acesso a serviços públicos. Em contraste, diversos municípios do interior registram IDH-M inferior a 0,600, níveis elevados de pobreza e pobreza extrema, além de deficiências significativas no acesso a saúde, educação de qualidade e saneamento básico (IPEA, 2020). A taxa de mortalidade infantil e a incidência de doenças relacionadas à falta de saneamento permanecem elevadas nessas regiões, evidenciando a persistência de vulnerabilidades sociais.

A estrutura econômica paraense caracteriza-se pela dependência de setores primários, particularmente mineração e agronegócio, que, embora gerem receitas significativas, produzem efeitos limitados sobre a distribuição de renda e a qualidade de vida da população. Essa concentração setorial reproduz um modelo econômico historicamente excludente, no qual o crescimento econômico não se traduz em desenvolvimento social amplo (Becker, 2005). Comunidades tradicionais, incluindo ribeirinhos, quilombolas e indígenas, permanecem à margem dos benefícios gerados pela exploração de recursos naturais, enfrentando ameaças territoriais e ausência de políticas específicas que reconheçam suas demandas e modos de vida.

As políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional no Pará organizam-se em três escalas principais: nacional, regional e estadual, cada uma com instrumentos e objetivos específicos, mas frequentemente desarticuladas entre si (Giacomoni, 2012). Programas de transferência de renda, como Bolsa Família e, posteriormente, Auxílio Brasil, desempenharam papel relevante na redução da pobreza extrema e na garantia de renda mínima para famílias vulneráveis. O Sistema Único de Saúde expandiu a cobertura de atenção básica em municípios anteriormente desassistidos, enquanto programas educacionais como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e o Programa Nacional de Alimentação Escolar contribuíram para melhorar indicadores de permanência escolar. Contudo, essas políticas enfrentam limitações estruturais,



especialmente relacionadas à dificuldade de acesso em áreas remotas e à qualidade dos serviços ofertados.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte representa importante mecanismo de financiamento para atividades produtivas na região amazônica, oferecendo crédito subsidiado para pequenos, médios e grandes empreendedores. A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, por sua vez, busca coordenar ações de desenvolvimento regional, elaborando planos e diretrizes estratégicas. Apesar disso, estudos apontam que a efetividade dessas iniciativas é comprometida por descontinuidade administrativa, critérios de seleção que favorecem empreendimentos de grande porte e ausência de mecanismos eficazes de monitoramento e avaliação de impactos sociais e ambientais (Becker, 2005; Castro, 2018).

O governo paraense implementou programas voltados à melhoria da infraestrutura logística, incluindo rodovias, portos e sistemas de energia, visando reduzir o isolamento de regiões produtoras e facilitar o escoamento de produtos. Iniciativas recentes na área de bioeconomia buscam valorizar o potencial da biodiversidade amazônica, promovendo cadeias produtivas sustentáveis baseadas em produtos florestais não madeireiros, pesca manejada e agricultura familiar (Bensusan, 2016). Arranjos Produtivos Locais têm sido incentivados como estratégia para fortalecer economias territoriais e gerar emprego e renda. Entretanto, a escala e o alcance dessas políticas ainda são insuficientes para modificar substancialmente o padrão de desenvolvimento concentrado e excludente.

A implementação efetiva de políticas de desenvolvimento regional no Pará enfrenta múltiplos desafios estruturais, sociais, políticos e ambientais. A precariedade da infraestrutura logística constitui obstáculo fundamental ao desenvolvimento equilibrado. A malha rodoviária é insuficiente e apresenta condições inadequadas de trafegabilidade, especialmente no período chuvoso. O sistema hidroviário, embora potencialmente estratégico dada a abundância de rios navegáveis, permanece subexplorado e carente de investimentos em portos e embarcações adequadas. A baixa integração regional dificulta o acesso a mercados, encarece o transporte de produtos e limita a mobilidade de pessoas, reforçando o isolamento de comunidades e impedindo a formação de redes econômicas dinâmicas.

A desigualdade socioeconômica persiste como característica estrutural da sociedade paraense. Indicadores educacionais revelam baixos níveis de escolaridade, especialmente no interior do estado, onde a oferta de ensino médio e superior é limitada (IPEA, 2020). A exclusão de comunidades tradicionais dos processos decisórios sobre políticas públicas e projetos de desenvolvimento resulta em conflitos territoriais, perda de modos de vida tradicionais e violação de direitos. A ausência de políticas de regularização fundiária e de reconhecimento de territórios tradicionais agrava essa situação, gerando insegurança jurídica e ameaças à reprodução social desses grupos.

A descontinuidade administrativa, caracterizada por mudanças abruptas de prioridades e interrupção de programas em transições governamentais, compromete a efetividade das políticas de longo prazo (Castro, 2018). A fragmentação entre esferas de governo, com sobreposição de competências e ausência de coordenação entre União, Estado e municípios, resulta em desperdício de recursos e perda de eficiência. A capacidade institucional limitada de muitos municípios, especialmente os de menor porte, dificulta a formulação de projetos, o acesso a recursos federais e a gestão adequada de políticas públicas.

O modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva de recursos naturais gera tensões entre crescimento econômico e preservação ambiental. Projetos de



mineração, expansão agropecuária e construção de infraestrutura frequentemente resultam em desmatamento, degradação de ecossistemas e poluição de recursos hídricos (Becker, 2005). Conflitos socioambientais entre grandes empreendimentos e comunidades locais evidenciam a incompatibilidade entre o modelo vigente e os princípios da sustentabilidade. A ausência de mecanismos eficazes de controle ambiental e a fragilização de órgãos fiscalizadores comprometem a capacidade do Estado de garantir a preservação da Amazônia paraense.

Diante dos desafios identificados, a construção de um modelo de desenvolvimento regional sustentável e inclusivo para o Pará requer a adoção de estratégias inovadoras e a articulação de múltiplos atores e políticas. O aproveitamento sustentável da biodiversidade amazônica representa alternativa promissora ao modelo extrativista convencional (Bensusan, 2016). Cadeias produtivas baseadas em produtos florestais não madeireiros, como açaí, cacau nativo, castanha-do-Pará e óleos essenciais, demonstram potencial para gerar renda e emprego sem comprometer a integridade dos ecossistemas. O desenvolvimento de biotecnologia aplicada a fármacos, cosméticos e alimentos funcionais pode agregar valor à produção regional e inserir o Pará em mercados diferenciados. Para isso, é necessário investimento em pesquisa e desenvolvimento, fortalecimento de cadeias produtivas locais e criação de marcos regulatórios que incentivem a conservação.

O fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais voltados ao extrativismo sustentável, pesca manejada, agricultura familiar e turismo de base comunitária pode promover diversificação econômica e reduzir a dependência de setores primários concentrados. Esses arranjos favorecem a cooperação entre pequenos produtores, facilitam o acesso a crédito e tecnologias e promovem a agregação de valor aos produtos. A experiência de cooperativas e associações comunitárias bem-sucedidas no Pará indica que, quando acompanhadas de políticas adequadas de assistência técnica, capacitação e acesso a mercados, essas iniciativas contribuem para a geração de renda e o fortalecimento de identidades territoriais.

A formação de capital humano qualificado constitui condição essencial para superar desigualdades e promover inovação. A ampliação da oferta de ensino técnico e superior no interior do estado, em consonância com as vocações econômicas regionais e as demandas da bioeconomia, pode criar oportunidades de emprego e empreendedorismo. Programas de capacitação voltados a comunidades tradicionais devem valorizar saberes locais e promover a gestão sustentável de recursos naturais.

A superação da fragmentação institucional requer maior articulação entre União, Estado e municípios, além da participação efetiva de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e comunidades tradicionais nos processos decisórios (Castro, 2018). A criação de instâncias de governança territorial, baseadas em diagnósticos participativos e pactuação de agendas comuns, pode favorecer a continuidade de políticas públicas e a adequação de estratégias às especificidades locais. O fortalecimento da capacidade institucional municipal, mediante programas de formação de gestores e transferência de tecnologias de gestão, é fundamental para garantir a efetividade das políticas implementadas.

A Agenda 2030 das Nações Unidas, com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, oferece referencial importante para orientar políticas regionais. A erradicação da pobreza, a redução das desigualdades, a promoção de trabalho decente e crescimento econômico, a ação climática e a proteção de ecossistemas terrestres e aquáticos devem ser incorporadas como metas transversais nas estratégias de desenvolvimento paraense. O monitoramento sistemático de indicadores e a prestação de



contas sobre o cumprimento dessas metas podem fortalecer a transparência e a responsabilização governamental.

A análise das políticas públicas implementadas no Pará evidencia avanços parciais, especialmente na redução da pobreza extrema e na ampliação do acesso a serviços básicos, mas também revela a incapacidade de romper o ciclo histórico de desigualdades regionais. Os programas de transferência de renda melhoraram as condições de vida de milhões de paraenses, porém não modificaram as estruturas que reproduzem a exclusão. A infraestrutura permanece concentrada em eixos específicos, a economia continua dependente de setores primários de baixa agregação de valor e as comunidades tradicionais seguem marginalizadas.

A literatura contemporânea sobre desenvolvimento regional na Amazônia reforça que a superação desse impasse exige visão de longo prazo, continuidade administrativa e articulação entre diferentes dimensões do desenvolvimento (Becker, 2005; Castro, 2018; Bensusan, 2016). A conciliação entre crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental não pode ser tratada como contradição insuperável, mas como desafio central para a construção de um novo modelo de desenvolvimento regional.

O Pará dispõe de condições únicas para liderar esse processo: biodiversidade excepcional, conhecimentos tradicionais acumulados por comunidades locais, recursos hídricos abundantes e uma sociedade crescentemente consciente da necessidade de mudanças. O êxito dependerá da capacidade de transformar essas potencialidades em políticas concretas, sustentadas por pactos sociais amplos, investimentos adequados e compromisso político efetivo com a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

5. Considerações Finais

O presente estudo evidenciou que, apesar da abundância de recursos naturais e da posição estratégica do Pará na economia brasileira, persistem profundas desigualdades socioeconômicas entre suas regiões. As políticas públicas implementadas nas esferas federal, regional e estadual produziram avanços parciais na redução da pobreza extrema e na ampliação do acesso a serviços básicos, porém revelaram-se insuficientes para romper o ciclo histórico de exclusão social. A descontinuidade administrativa, a fragmentação entre esferas governamentais, a precariedade da infraestrutura logística e os conflitos entre exploração de recursos e preservação ambiental constituem obstáculos significativos ao desenvolvimento equilibrado, confirmando os pressupostos teóricos de que o crescimento econômico tende a concentrar-se em polos específicos na ausência de intervenção estatal planejada.

Conclui-se, portanto, que o desenvolvimento regional no Pará depende de políticas públicas integradas, contínuas e participativas, orientadas por um modelo baseado na bioeconomia, na valorização de arranjos produtivos locais e na integração efetiva das comunidades tradicionais. O êxito dessa agenda requer articulação entre diferentes esferas governamentais, fortalecimento da governança territorial, formação de capital humano qualificado e compromisso político efetivo com a justiça social e a sustentabilidade ambiental. Somente mediante essa abordagem sistêmica, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, será possível transformar o potencial econômico do estado em benefícios sociais concretos, garantindo qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.



Referências

- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.
- BENSUSAN, N. *Economia e sustentabilidade: dilemas da Amazônia*. São Paulo: Contexto, 2016.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 maio 2000.
- CASTRO, E. *Políticas de desenvolvimento e desafios na Amazônia*. Belém: UFPA, 2018.
- DYE, T. R. *Understanding public policy*. New Jersey: Prentice Hall, 2011.
- GIACOMONI, J. *Orçamento público*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IBGE. *Censo demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- IPEA. *Relatórios de desenvolvimento regional*. Brasília, DF: IPEA, 2020.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1975.
- PERROUX, F. *A economia do século XX*. São Paulo: Atlas, 1977.
- PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.